



Volume 11

Número 7

14 de setembro 2017

## Política de inclusão escolar no município de São Paulo: a formação de professores como base para a inclusão

*School inclusion policy in São Paulo county: teacher training as a basis for inclusion*

*Política de inclusión escolar en la municipalidad de San Pablo: la formación de docentes como basis para la inclusión*

Patrícia Tanganeli Lara<sup>1</sup>

**Citação:** LARA, P. T. Política de inclusão escolar no município de São Paulo: a formação de professores como base para a inclusão. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 11, n. 6. Setembro de 2017.

### Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar a política de educação especial do Município de São Paulo. A formação em educação especial está presente nas políticas públicas inclusivas proposta pela Secretaria Municipal de Educação, realizada através do curso de formação *Lato Sensu* em parceria com a UNESP. Através de uma análise documental e baseando-se nos estudos de Omote (2008) e Charlot (2005), este artigo constatou que as propostas desenvolvidas pela Rede de Ensino organizaram e sistematizaram de forma inovadora, ações de apoio à inclusão dos estudantes com deficiência nas escolas regulares, tendo em sua base a formação dos professores.

**Palavras-Chave:** Formação de professores; Deficiência intelectual; Educação especial.

### Abstract

This article aims to present the special education policy in São Paulo. Training in special education is present in inclusive public policies proposed by the Municipal Department of Education, held through the Graduate course (*Lato Sensu*) training in partnership with UNESP. Through a documental analysis and based on studies of Omote (2008) and Charlot (2005), this paper found that the proposition developed by the Education System organized and systematized in an innovative way, actions to support the inclusion of students with disabilities in regular schools, with in their basic teacher training.

**Keywords:** Teacher training; Intellectual disabilities; Special education.

### Resumen:

Este artículo tiene como objetivo presentar la política de educación especial del Municipio de São Paulo. La formación en educación especial, está presente en las políticas públicas inclusivas propuesta por la Secretaría Municipal de Educación, realizada a través del curso de formación Lato Sensu en asociación con

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.  
[patriciatanganelli@gmail.com](mailto:patriciatanganelli@gmail.com)

la UNESP. A través de un análisis documental y basado en los estudios de Omote (2008) y Charlot (2005), este artículo constató que las propuestas desarrolladas por la Red de Enseñanza organizaron y sistematizaron de forma innovadora, acciones de apoyo a la inclusión de los estudiantes con discapacidad en las escuelas comunes, teniendo en su base la formación de los profesores.

**Palabras claves:** Formación de profesores; discapacidad intelectual; educación especial.

## **Introdução**

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo tem uma longa trajetória de serviços prestados na área da educação especial com pessoas com deficiência visual, auditiva física e intelectual.

Conforme Prieto (2006) os registros contam desde a alocação de recursos públicos em 1946 para a Fundação para o Livro do Cego no Brasil; a criação de escolas especiais para deficientes auditivos, sendo a primeira instituída em 1951 e instalada em 1952, que hoje recebe o nome de Escola Municipal de Educação Bilíngue - EMEBs Helen Keller; a manutenção de convênios voltados à prestação de atendimento terapêutico especializado a estudantes das escolas municipais da rede comum e a capacitação de professores que atuam na educação especial como a AACD – Associação de Assistência à Criança Defeituosa e a APAE/SP – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; a cessão de terrenos públicos municipais para a Sociedade Pestalozzi de São Paulo em 1967 e a APAE, em 1964. Após essas ações iniciais o movimento de implementação de serviços de apoio de EE foram contínuos, com períodos que exigiram maior fluxo de ações e outros de consolidação das propostas pautadas.

Em 1993 foi publicado o Decreto nº 33.891 (SÃO PAULO, 1993) como um serviço de apoio aos estudantes com deficiência e a possibilidade de atendimento em instituições especializadas através de convênios estabelecidos com a rede municipal. Somente seriam encaminhados para as entidades sem fins lucrativos, conveniados com a SME os estudantes que não se beneficiariam do apoio das SAPNEs instaladas nas Unidades Educacionais. As SAPNEs eram instaladas nas Unidades Educacionais que apresentassem a demanda de estudantes com deficiência de sua Unidade e do entorno das escolas para a equipe de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Elas eram instaladas conforme a deficiência. Foram abertas salas de deficiência intelectual, física, visual e auditiva.

Em uma ampla pesquisa sobre os serviços de apoio aos estudantes com deficiência intelectual na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, no período de 1997 até 2001, Prieto e Souza (2007) revelaram que em uma perspectiva de integração escolar as

SAPNEs nem sempre se caracterizaram como um recurso viável para a escolarização integrada de uma parcela de estudantes com deficiência intelectual na classe comum. As autoras constataram a necessidade de maior investimento na garantia de condições políticas, técnicas e materiais para sua implementação.

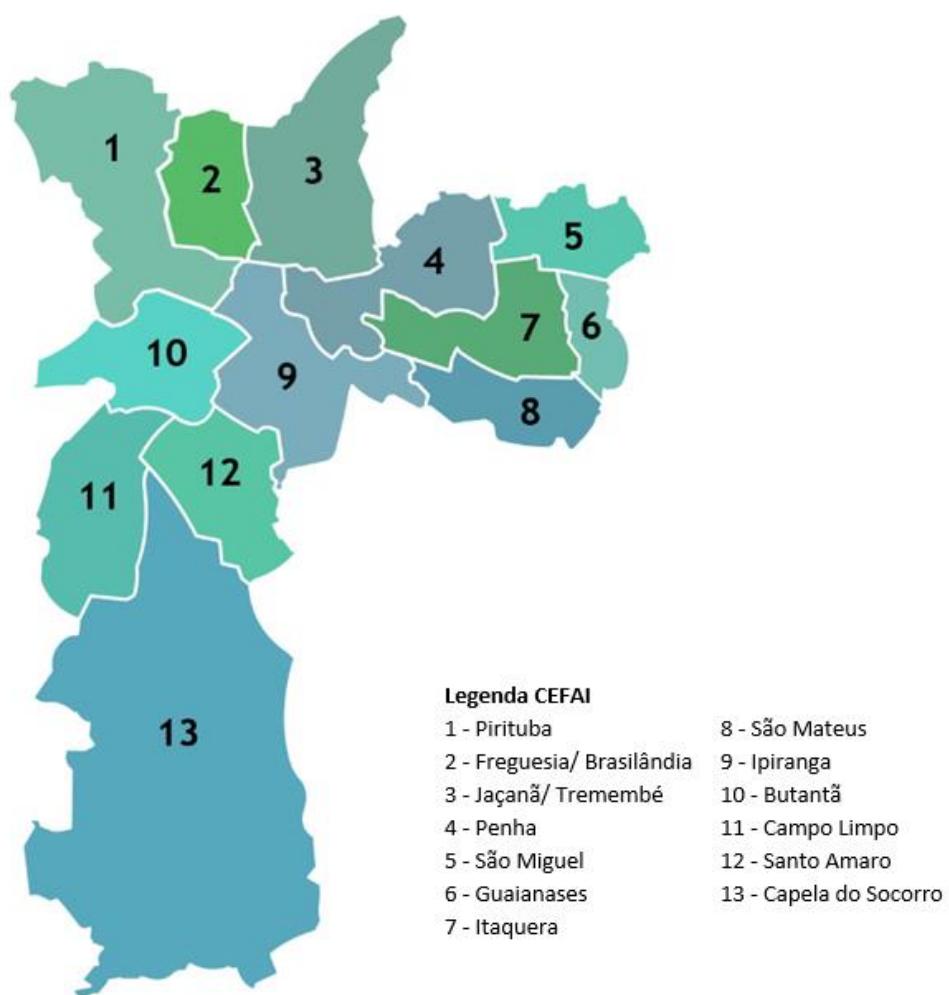
Após o movimento de inclusão escolar e da publicação da Resolução nº 2/2001 (BRASIL, 2001) a SME publicou o Decreto nº 45.415/2004, alteradas pelo Decreto nº 45.652/ 2004, e regulamentadas pela Portaria nº 5.718/2004, revogando o Decreto nº 33.891/1993. Segundo o novo Decreto as SAPNEs passaram a ser denominadas Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – SAAI.

O Decreto nº 45.415/2004 (SÃO PAULO, 2004) tinha como objetivo trazer as novas diretrizes de Educação Especial, assegurando os serviços de apoio pedagógico aos estudantes com deficiência matriculados nas salas de aula comum. Os serviços de educação especial do município de São Paulo, conforme as Portarias Municipais nº 5.718/2004 e 5.883/2004, são aqueles prestados pelo Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI), constituídos pelo Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI) e a Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (SAAI), pelas Escolas Municipais de Educação Especial (EMEE) e pelas instituições conveniadas.

Portanto, além das mudanças de nomenclatura o Decreto nº 45.415/2004 (SÃO PAULO, 2004) cria os Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão – CEFAIs que deveriam ser instaladas em cada uma das treze Diretorias Regionais de Educação de São Paulo. A implantação e implementação dos Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão – CEFAI deveria contar com uma equipe de quatro Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – PAAIs, cada uma na área da deficiência intelectual, visual, auditiva e física. As PAAIs deveriam realizar o serviço itinerante, através de visitas periódicas às Unidades Educacionais, e o atendimento aos estudantes com deficiência nas Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão - SAAI, o trabalho com os professores, equipes técnicas, quadro de apoio e família foram se constituindo num plano de ação para que todos os estudantes pudessem acessar o currículo escolar e os serviços disponíveis na Rede para o apoio e o acompanhamento à Inclusão.

Os CEFAIs foram instalados nas 13 Diretorias Regionais de Educação de São Paulo. O Mapa 1 apresenta a distribuição das Diretorias Regionais de Educação na cidade de São Paulo, onde foram constituídos os CEFAIs:

### Mapa 1 – Distribuição das Diretorias Regionais de Educação – DREs.



Fonte: Site da SME – SP em 10/08/2016.

As regiões de São Paulo são desiguais e apresentam uma disparidade quanto ao tamanho do território e as necessidades singulares quanto a acessibilidade, recursos materiais e humanos, serviços, infraestrutura dentre outros e para assegurar os serviços de apoio pedagógico aos estudantes com deficiência inseridos nas salas de aula comum a Rede Municipal de Educação necessitava de mudanças substanciais para o sucesso da inclusão escolar de todos.

As diretrizes de uma educação inclusiva exigem propostas efetivas de mudança. Conforme Oliveira (2008)

A proposta de uma educação inclusiva pode caracterizar-se como uma nova possibilidade de re-organização dos elementos constituintes do cotidiano escolar, uma vez que, para tornar-se inclusiva e atender as diferenças de seus alunos, há de se pensar num novo projeto pedagógico: flexível, aberto, dinâmico (OLIVEIRA, 2008, p.130).

Diante das necessidades de ações na direção de atendimento ao princípio da diversidade, a Secretaria Municipal de Educação publicou o Decreto Municipal nº 51.778/2010 (SÃO PAULO, 2010), apresentando o Programa Inclui, delineando os seguintes projetos na Rede: 1) Projeto Identificar; 2) Projeto Apoiar; 3) Projeto Formar; 4) Projeto Acessibilidade; 5) Projeto Rede; 6) Projeto Reestruturação das Escolas Especiais; 7) Projeto Avaliar.

Ao citar as questões da inclusão Omote (2008) aponta que:

Um grande desafio que se nos apresenta é o da utilização criteriosa de todo o arsenal de recursos especiais desenvolvidos, visando à provisão de ensino de qualidade, para que se promova a educação inclusiva. Devemos estar especialmente atentos para que não se utilizem os recursos especiais para promover ou justificar a exclusão e legitimá-la institucionalmente, como se fez no passado recente (OMOTE, 2008, p.31).

Neste sentido este trabalho tem o objetivo de analisar a política de inclusão escolar de estudantes com deficiência na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, quanto a formação de professores.

## **Método**

### *Instrumentos*

A metodologia de pesquisa adotada caracteriza-se por uma análise documental, a partir dos decretos, portarias e documentos oficiais da Rede Municipal de Educação de São Paulo.

Para Ludke e André (1986) através da pesquisa documental é possível explorar as ligações existentes entre os vários itens, tentando estabelecer relações e associações para então combiná-los, separá-los e reorganizá-los.

### *Procedimento*

Para este artigo foi selecionada a publicação dos últimos Decretos Municipais que trata das questões da inclusão escolar dos estudantes com deficiência na Rede Municipal de Educação de São Paulo.

## **Resultados e Discussão**

A publicação do Decreto Municipal nº 51.778/2010 (SÃO PAULO, 2010), que institui o Programa Inclui na Rede Municipal de Educação (RME) ele apresenta o Projeto

Formar, que tem como objetivo oferecer formação continuada para professores da RME-SP e formação específica para os professores que atuarão na área de educação especial (PAAI e SAAI).

Este projeto deu continuidade às ações desenvolvidas desde a parceria firmada com a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP/ Marília com o oferecimento de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, nas áreas da Deficiência Intelectual, Auditiva, Visual e Física.

Após a publicação do Programa Inclui foram estabelecidas novas turmas para a formação dos professores da RME-SP, nas áreas da deficiência intelectual e auditiva.

Foi estabelecida também, a parceria com o Mackenzie para a formação na área da deficiência auditiva. De 2006 até 2012 foram formados 700 professores para a atuação nos serviços de educação especial. Em 2014 foi oferecida a formação na área da Deficiência Múltipla e em 2015 e 2016 nas áreas das Deficiências Auditiva e de Altas Habilidades/ Superdotação.

Diferente da perspectiva nacional prevista pelo MEC, a qual foca o AEE, na modalidade à distância e um professor generalista para atuação com todo o Público do Atendimento Educacional Especializado (PAEE), nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), a Secretaria Municipal de Ensino de São Paulo, apresenta uma política diferenciada, construída ao longo dos anos e que, historicamente, privilegia uma formação categorial, ou seja, por área específica – Deficiência Auditiva (DA), Deficiência Física (DF), Deficiência Visual (DV) e Deficiência Intelectual (DI).

Os professores contemplados para realizar os cursos de especialização, assinavam um termo de compromisso para assumirem as SAAIs ou trabalharem como PAAIs nos CEFAIs.

A RME investiu também na formação continuada dos professores através de cursos optativos, Seminários Regionais de Formação e as formações durante os horários coletivos nas escolas. Conforme Oliveira e Drago (2012) também foram produzidos documentos e DVDs para realizar a formação das equipes escolares e dos pais.

Conforme os dados da RME de 2013 a junho de 2016 foram disponibilizadas mais de 31 mil vagas em cursos de formação na área da educação especial, incluindo extensão universitária em Braille e os cursos de Especialização.

A formação do professor com diferentes estilos de aprendizagem tem permitido, após a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação

Inclusiva (2008) e, especificamente em São Paulo, após a constituição dos CEFAIs e das SAAIs, com os cursos de formação oferecidos pela RME, a permanência dos estudantes com deficiência nas classes comuns.

A educação inclusiva reforça a necessidade de formação de professores para que todos reconheçam a necessidade de uma reorganização dos tempos e espaços escolares, das práticas pedagógicas para a “superação de uma situação escolar descomprometida e esvaziada de sentido” (OLIVEIRA, 2008, p.124).

A formação de professores neste estudo, não culpabiliza o professor pelas dificuldades encontradas na inclusão escolar, contudo percebe a necessidade de espaços de diálogo e reflexão para as mudanças e significações dos espaços escolares.

#### Conforme Charlot (2005)

Formar professores é trabalhar os saberes e as práticas nesses diversos níveis e situar, a partir dos saberes e das práticas, os pontos em que podem se articular lógicas que são e permanecerão heterogêneas – o que, aliás, é fundamental, porque a pretensão de integrar o saber e a prática em um discurso ou em uma prática totalizante é fonte de dogmatismo e de totalitarismo (CHARLOT, 2005, 94).

A formação implica a transmissão de saberes com uma intenção, uma relação de sentido com essa escola e suas necessidades de mudança. Ao relacionarmos a prática e a formação, estamos construindo o conhecimento científico estruturado com sua relação com o mundo.

### **Conclusão**

Para a implementação de uma política de inclusão escolar não basta a matrícula do estudante com deficiência na escola comum, é necessário assumir o desafio de transformar as práticas pedagógicas de todos os profissionais que atuam nestas instituições.

A Rede Municipal de Educação de São Paulo, organizou e sistematizou de forma inovadora, ações que culminaram em diferentes propostas de apoio à inclusão dos estudantes com deficiência, tendo em sua base a formação dos professores.

Todas as ações têm garantido o direito dos estudantes com deficiência ao acesso à escola e ao currículo escolar. A concepção de uma escola para todos, com respeito à diversidade, demanda a continuidade no desenvolvimento de mais ações de formação.

## Referências:

- BRASIL. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 17/2001, de 03 de julho de 2001. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial.** Brasília: MEC, 2001.
- BRASIL, Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 6.571/08. **Institui a política de financiamento e regulamenta a organização para o atendimento educacional especializado dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.** Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- CHARLOT, B. **Relação com o saber, Formação de Professores e Globalização: questões para a educação hoje.** 1<sup>a</sup>ed. Porto Alegre: ARTMED, 2005.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.
- OLIVEIRA, A. A. S. Adequações curriculares na área de deficiência intelectual: algumas reflexões. In: Oliveira, A. A. S., OMOTE, S.; GIROTO, C. R. M. (org) **Inclusão Escolar: As Contribuições da Educação Especial.** – São Paulo: Cultura Acadêmica, Marília: Fundepe Editora, 2008, p.129-154.
- OMOTE, S. Diversidade, educação e sociedade inclusiva. In.: OLIVEIRA, A. A. [et al.] (orgs.). **Inclusão Escolar: As Contribuições da Educação Especial.** São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, Marília: Fundepe Editora, 2008, p. 15-32.
- PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar.** 5. ed. São Paulo: Summus, 2006. p. 31-69.
- PRIETO, R. G.; SOUZA, S. Z. L. **Educação especial: o atendimento em salas de recursos na rede municipal de São Paulo.** Educação (UFSM), v. 32, 2007, p. 375-396.
- SÃO PAULO (Município). PMSP. SME. Decreto n. 33.891. **SAPNE - Sala de Atendimento aos portadores de Necessidades Especiais.** São Paulo: Diário Oficial do Município, 16 dez. 1993.
- SÃO PAULO (Município). PMSP. SME. Decreto nº 45.415, de 18 de outubro de 2004, que estabelece as **Diretrizes para a Política de Atendimento a Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos com Necessidades Educacionais Especiais no Sistema Municipal de Ensino.** Diário Oficial do Município, 2004.
- SÃO PAULO (Município). PMSP. SME. Decreto nº 45.652 de 23 de dezembro de 2004. Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 7º do Decreto nº 45.415, de 18 de outubro de 2004, que estabelece as **Diretrizes para a Política de Atendimento a Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos com Necessidades Educacionais Especiais no Sistema Municipal de Ensino.** Diário Oficial do Município, 18 de outubro de 2004.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **DECRETO Nº 51.778.** Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2010.

---

Recebido em Agosto de 2016  
Aprovado em Junho de 2017  
Publicado em Setembro de 2017

# JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Volume 11

Número 7

14 de setembro 2017



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

Indexação:

*BBE – Biblioteca Brasileira de Educação (MEC/INEP)*

*Clase (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades)*

*Diadorim – Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (IBICT)*

*Google Scholar*

*Index Copernicus*

*Portal de Periódicos (CAPES)*

*SER – Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná (SER/UFPR)*

*Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP)*

*DRJI - Directory of Research Journals Indexing*

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 11, número 7 – 2017

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Ângelo Ricardo de Souza (UFPR)

Ana Lorena Bruel (UFPR)

Marcos Alexandre Ferraz (UFPR)

Conselho Editorial:

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR), Ângela Hidalgo (UNICENTRO), Cesar Gernomino Tello (Universidad Nacional TresFebrero, Argentina), Gladys Beatriz Barreyro (USP), Juca Gil (UFRGS), Jefferson Mainardes

(UEPG), João Ferreira de Oliveira (UFG), Luiz Souza Júnior (UFPB), Marcos Edgard Bassi (UFSC), Regina Maria Michelotto (UFPR), Robert Verhine (UFBA), Rosana Cruz (UFPI), Rubens Barbosa Camargo (USP), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca, Chile), Taís Moura Tavares (UFPR), Theresa Adrião (UNICAMP), Vera Peroni (UFRGS).

---

Jornal de Políticas Educacionais  
Universidade Federal do Paraná  
Setor de Educação  
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR  
Rua Gal. Carneiro, 460 – 4º andar – Sala 407/C  
80.060-150 – Curitiba – PR – Brasil  
Tel.: 41-3360-5380  
[jpe@ufpr.br](mailto:jpe@ufpr.br)  
<http://revistas.ufpr.br/jpe>